



SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PARECER Nº 25/2024/GPDILIC/DILIC

PROCESSO Nº 44011.000873/2024-44

INTERESSADO: DIRETORIA DE LICENCIAMENTO, DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Trata-se de Parecer de Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) no âmbito de proposta de edição de Portaria DILIC-DIFIS para dispor sobre a avaliação de viabilidade para licenciamento de novas entidades fechadas de previdência complementar e de novos planos de benefícios administrados por entidade fechada de previdência complementar.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA REGULATÓRIO QUE SE PRETENDE SOLUCIONAR

2.1. A presente proposta pretende preencher uma lacuna normativa ao definir critérios mínimos para autorização de entidades fechadas de previdência complementar e de planos de benefícios e, assim, evitar o advento de entidades e planos que sejam manifestamente inviáveis, especialmente do ponto de vista econômico.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. A viabilidade de entidades fechadas e de planos de benefícios é um tema relevante a ser enfrentado pela Previc desde o licenciamento, a fim de autorizar seu funcionamento de acordo com critérios mínimos, buscando o equilíbrio entre receitas e despesas e que estejam voltados para o atingimento das necessidades e objetivos de participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores. Entidades e planos inviáveis cobram das partes custos acima do razoável, não entregam os resultados prometidos e impõem custo adicional ao Estado para sua fiscalização.

3.2. Tal relevância foi confirmada com a inclusão de iniciativa estratégica no Plano de Ação Estratégico da Previc 2024 (SEI nº 0619917) com o título "F2.3 - Rever os critérios de viabilidade de planos e de EFPC", para atender ao objetivo estratégico "F2. Reforçar as ações e normas que garantam a natureza previdenciária dos planos de benefícios". Para atender à demanda, foi elaborado um grupo técnico composto por representantes da Diretoria de Licenciamento (DILIC), da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento (DIFIS) e da Diretoria de Normas (DINOR), nos termos dos Despachos 0649126, 0649702, 0649763 e 0649773, além da participação do servidor Leonardo Magalhães, da Coordenação-Geral de Inteligência e Gestão de Riscos (CGIR).

3.3. A Lei Complementar nº 109, de 2001, já determinava ao Estado atuação no sentido de definir padrões mínimos para entidades e planos, além de proteger os interesses dos participantes e assistidos:

Art. 3º A ação do Estado será exercida com o objetivo de:

I - formular a política de previdência complementar;

II - disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas por esta Lei Complementar, compatibilizando-as com as políticas previdenciária e de desenvolvimento social e econômico-financeiro;

III - determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas

atividades;

IV - assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios;

V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades;
e

VI - proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

[...]

Art. 7º Os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial. (destaques nossos)

3.4. Em 2019 o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) editou a Resolução nº 35, de 2019, para dispor, dentre outras questões, sobre a autorização pelo órgão de fiscalização para ingresso de patrocinadores sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 2001, no regimento de previdência complementar, definindo alguns requisitos mínimos:

Art. 6º O processo de autorização pelo órgão de fiscalização para ingresso de patrocinadores no regime de previdência complementar poderá ser realizado das seguintes formas:

I - adesão a plano de benefícios multipatrocinado em funcionamento;

II - criação de plano de benefícios, a qual dependerá da apresentação de estudo de viabilidade comprovando a adesão de quantidade participantes que assegure o equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas do plano, respeitados os limites de paridade contributiva e de taxa de administração ou de carregamento; ou

III - criação de EFPC, a qual dependerá da apresentação de estudo de viabilidade que comprove adesão de, no mínimo, dez mil participantes ou equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas da entidade, respeitados os limites de paridade contributiva e de taxa de administração ou de carregamento. (destaques nossos)

3.5. Relativamente à constituição de entidades fechadas e a instituição de planos de benefícios por instituidor, o CNPC editou a Resolução nº 54, de 2022:

*Art. 4º O Instituidor que requerer a **constituição de entidade** deverá comprovar que:*

*I - congrega, **no mínimo, mil associados ou membros de categoria ou classe profissional**, em seu âmbito de atuação;*

*II - **possui registro regular**, na condição de pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, **há pelo menos três anos**.*

*Art. 5º O Instituidor poderá requerer a **adesão ou instituição de plano de benefícios em entidade em funcionamento**, comprovando que possui **registro regular** na condição de pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, **há pelo menos três anos** e com número **mínimo de cem associados**. (destaques nossos)*

3.6. Por fim, a Resolução CNPC nº 59, de 2023, que dispõe sobre a retirada de patrocínio e a rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada, definiu o seguinte em relação à implantação do Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária:

Art. 10 A entidade deve apresentar, juntamente com o requerimento de retirada de patrocínio, requerimento de criação do Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária, destinado a recepcionar os participantes e assistidos oriundos do plano objeto de retirada de patrocínio, cuja viabilidade técnica e operacional deve ser previamente avaliada pela entidade.

§ 1º Para a autorização da criação do plano de que trata o caput, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar deve analisar e aferir a viabilidade técnica e operacional apresentada no estudo realizado pela entidade, com base em critérios que assegurem o equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas do plano, definidos no ato normativo de que trata o art. 27, considerando, no mínimo, os seguintes aspectos relativos ao plano objeto de retirada:

I - o número de participantes e assistidos;

II - o volume total de recursos; e

III - os valores que serão destinados ao fundo administrativo, nos termos do inciso II do art. 8º, diante dos custos estimados para manutenção do Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária.

[...]

Art. 27. Fica a Superintendência Nacional de Previdência Complementar autorizada a editar ato normativo para definição dos procedimentos operacionais necessários à execução do disposto nesta Resolução. (destaques nossos)

3.7. Por fim, a Previc incluiu o art. 161-A na Resolução nº 23, de 2023, por meio da Resolução nº 25, de 2024:

Art. 161-A. A autorização de novas entidades fechadas de previdência complementar e de novos planos de benefícios está sujeita à avaliação pela Previc de viabilidade financeira, previdenciária e administrativa, baseada nas informações e estudos disponibilizados pelo requerente e nos critérios e parâmetros a serem definidos em Portaria da Diretoria de Licenciamento.

3.8. Embora o art. 161-A acima indique o tipo de normativo "Portaria da Diretoria de Licenciamento", entendeu-se a necessidade de edição conjunta com a DIFIS, tendo em vista a previsão de dispositivo (art. 6º) contemplando procedimento de acompanhamento da entidade ou do plano autorizado por aquela diretoria.

3.9. A presente proposta tem por objetivo adicionar a etapa de avaliação de viabilidade no processo de licenciamento e prever, no âmbito do processo de fiscalização e monitoramento, o acompanhamento de novas entidades e novos planos de benefícios autorizados no período de 4 anos.

4. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. A dispensa da AIR está fundamentada nos incisos III e V do art. 4º do Decreto nº 10.411/2020.

Decreto nº 10.411, de 2020:

Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

I. urgência;

II. ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;

III. ato normativo considerado de baixo impacto;

IV. ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;

V. ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou higidez: a. dos mercados de seguro, de resseguro, de capitalização e de previdência complementar;

b. dos mercados financeiros, de capitais e de câmbio; ou

c. dos sistemas de pagamentos;

VI. ato normativo que vise a manter a convergência a padrões internacionais;

VII. ato normativo que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios; e

VIII. ato normativo que revise normas desatualizadas para adequá-las ao desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos do disposto no Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020. (destacamos)

4.2. A proposta possui baixo impacto considerando o volume reduzido de autorizações dessa natureza atualmente (entre jan e out/2024: nenhuma constituição de EFPC e 6 implantações de planos). Além disso, ao definir padrões mínimos para o licenciamento, o normativo visa preservar a higidez do regime de previdência complementar.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. Decreto nº 10.411, 30 de junho de 2020.

6. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

6.1. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento à autoridade decisória pela continuidade da avaliação da conveniência e oportunidade da proposição, considerando dispensada a análise de impacto regulatório pelo enquadramento nas hipóteses previstas nos incisos III e V do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ROBSON AGUIAR, Gerente de Projeto**, em 03/12/2024, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.previc.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0743637** e o código CRC **D42FAA0A**.